

POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS NO SEMIÁRIDO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Florencio de Queiroz Filho

Mestrando em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido pela UERN
florenciofilho12@hotmail.com

Jairo Bezerra Silva

Doutor em sociologia pela UFPB. Professor adjunto-b da UEPB. Professor permanente do programa de pós-graduação stricto sensu – PLANDITES - UERN
jairobezerra@hotmail.com

GT 04: DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO

Resumo:

O Brasil se caracteriza como uma nação que enfrenta sérias dificuldades com relação a desigualdade social existente entre sua população, na qual suas riquezas são divididas de forma desigual, em que grande parcela da população sofre por falta desses recursos. Portanto, o país tem historicamente sofrido com a má distribuição de renda, por ter um grande número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. Nessa perspectiva, surgem, através da implementação de políticas públicas, os chamados Programas de Transferência de Renda Mínima que visam responder, ainda que de forma tímida e limitada, à histórica dívida social. O Programa Bolsa Família (PBF) é uma dessas políticas públicas de transferência de renda implementado em 2003 no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que de um modo geral, tem se destacado positivamente, principalmente no tocante à renda e ao impacto no movimento de combate à pobreza e extrema pobreza, que vem se reduzindo nos últimos anos. Tomamos como referência um estudo de caso realizado no Bairro Manoel Deodato na cidade de Pau dos Ferros - RN, o presente artigo discutirá as características da sociedade brasileira no que se refere a distribuição de sua riqueza, destacaremos algumas das políticas públicas e de forma particular, as repercussões do programa Bolsa Família nas condições de vida dessas famílias beneficiárias para podermos observar as possíveis melhorias ocasionadas a essas famílias e assim, compreendermos melhor o papel das políticas públicas de transferência de renda.

Palavras-Chave: Desigualdade; Políticas Públicas; Bolsa Família; Pobreza.

01. Introdução

O objetivo principal deste artigo é apresentar a dinâmica das políticas públicas no Brasil e a relação com os programas de transferência de renda. Desde o período da colonização, o Brasil enfrenta problemas relacionados à pobreza e a desigualdade social. A partir do século XX, passou-se a incluir na agenda pública do país, políticas sociais que visam à transferência da renda, voltadas para aqueles que não conseguem sequer, o essencial para sobreviver.

Mesmo o Brasil sendo um país que contém uma riqueza natural abrangente, esta riqueza é distribuída de forma desigual, na qual uma pequena parte da população retém a maior parte da riqueza, enquanto a grande maioria da população, só possui uma parte quase insignificante da riqueza produzida no país.

As famílias de baixa renda que vivem em situação de pobreza, não conseguem usufruir dos seus direitos essenciais, direitos esses que são garantidos a todos os brasileiros, passando por dificuldades e gerando, muitas das vezes, um ciclo vicioso de pobreza e miséria em tais famílias, situação em que se observa a importância de políticas públicas voltadas para esta parcela da sociedade. Essas políticas públicas com o passar do tempo e com o agravamento das desigualdades sociais acabam se tornando prioridades nas agendas públicas, por se tratar de uma situação que gera pressão sobre a administração pública.

O poder público tem por obrigação proporcionar o acesso dos bens e serviços essenciais para sobrevivência - alimentação, educação, saúde e assistência social - para aquela parte da população que está na pobreza, assim, os programas de transferência de renda têm função fundamental neste processo e são indispensáveis.

Objetivamos assim, compreender a importância das políticas públicas no processo de crescimento e desenvolvimento socioeconômico no semiárido, e de modo específico, identificar algumas melhorias proporcionadas aos beneficiários do Programa Bolsa Família no bairro Manoel Deodato no município de Pau dos Ferros – RN.

Para alcançar os nossos objetivos definidos, utilizaremos uma pesquisa Descritiva Exploratória, procurando descrever as condições sociais brasileiras, e de modo particular, das famílias beneficiadas no referido bairro estudado, e a partir daí, verificar estes dados e suas possíveis relações com a melhoria de vida das famílias, principalmente em função da redução das desigualdades verificadas nos últimos anos. Nos nortearemos por dois tipos de pesquisa: pesquisa bibliográfica, utilizando trabalhos bem conceituados, produzidos sobre a temática, e também, a utilização de dados primários obtidos em uma pesquisa de campo realizada, para constatar essas modificações na referida comunidade.

O trabalho se organizará da seguinte forma: Nesta primeira parte, introduzimos as principais características da sociedade brasileira, e destacamos os objetivos, além de mostrarmos o caminho metodológico utilizado para o alcance desses objetivos e a esquematização deste trabalho.

Em seguida apresentamos as principais características históricas da distribuição da riqueza brasileira, evidenciando as disparidades existente em relação as regiões, o alto nível de desigualdade social, que penaliza algumas regiões em detrimento a outras, e de forma específica trataremos da região semiárida, as suas principais peculiaridades, e as principais dificuldades enfrentadas há muitos anos, que atrapalham o seu desenvolvimento e em muitos casos impossibilitam uma melhor condição de vida para a sua população. Discutimos sobre a obrigação do estado em proporcionar políticas públicas que amenizem este alto grau de desigualdade entre as regiões, sendo ele, o principal responsável pela redução dessas disparidades. Destacamos as primeiras políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades e algumas considerações sobre as mesmas. Para finalizar esta parte, nos voltamos para o Programa Bolsa Família, na qual, destacamos de forma breve, algumas características, como também os seus principais benefícios para a população mais necessitada, apresentando alguns dados coletados em uma pesquisa de campo realizada com as famílias beneficiadas no Bairro Manoel Deodato no município de Pau dos Ferros, evidenciando as principais melhorias proporcionadas a essas famílias com a implementação do Programa e suas principais consequências na renda das mesmas.

Finalizando com as considerações finais, através da qual, destacamos as principais informações alcançadas com a realização do trabalho e avaliamos a relação existente entre as políticas públicas, destacando o Programa Bolsa Família, e uma possível melhoria de vida das famílias de baixa renda no semiárido.

02. A histórica desigualdade social brasileira e às Políticas Públicas

Desde seu período colonial, o fato do Brasil se posicionar como uma economia tardia e periférica, faz com que até hoje sua população sofra consequências negativas, no cenário da economia internacional, esse atraso da economia brasileira acarreta para a sua sociedade grandes perdas econômicas e sociais (PONTES, 2004).

A alimentação é uma das condições mínimas de dignidade e cidadania que um ser humano tem direito, a falta de poder aquisitivo que é característica na população mais carente, limita o acesso a alimentação, gerando uma falta de segurança alimentar adequada. Como destaca Hoffmann (1995, p. 01):

Considera-se que há *segurança alimentar* para uma população se todas as pessoas dessa população têm, permanentemente, acesso a alimentos

suficientes para uma vida ativa e saudável. Nas economias mercantis, em geral, e particularmente na economia brasileira, o acesso diário aos alimentos depende, essencialmente, de a pessoa *ter poder aquisitivo*, isto é, dispor de renda para comprar os alimentos. Uma parcela substancial da população brasileira tem rendimentos tão baixos que a coloca, obviamente, em uma situação de insegurança alimentar.

Não implica considerar o Brasil um país pobre, mesmo ele dispondo de um enorme contingente de sua população, localizada abaixo da linha de pobreza, pois, se a origem dessa pobreza não estiver em função da escassez de recursos, deve procurar fazer essa investigação em outra esfera, assim, localizando o fator responsável por esta pobreza (BARROS, 2001).

Os elevados níveis de pobreza que afligem a sociedade encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade brasileira, uma perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social, assim, o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres. (BARROS, 2001).

Amartya (1993, p. 02) também argumenta sobre a desigualdade social existente em alguns países: “Um país pode ser muito rico em termos econômicos convencionais (isto é, em termos do valor das mercadorias produzidas per capita) e, mesmo assim, ser muito pobre na qualidade de vida dos seus habitantes.”.

Por ser um país profundamente injusto e desigual na sua distribuição de renda, o Brasil aparenta ser um país pobre, mas Barros (2001, p. 23) destaca que:

O diagnóstico básico referente à estrutura da pobreza entende que o Brasil, no limiar do século XXI, não é um país pobre, mas um país extremamente injusto e desigual, com muitos pobres. A desigualdade encontra-se na origem da pobreza e combatê-la torna-se um imperativo. Imperativo de um projeto de sociedade que deve enfrentar o desafio de combinar democracia com eficiência econômica e justiça social. Desafio clássico da era moderna, mas que toma contornos de urgência no Brasil contemporâneo.

Para Barros (2001) por ser tão frequente no Brasil, a desigualdade, principalmente na distribuição da renda, acaba por fazer parte da história brasileira, adquirindo fórum de coisa natural. Isso caracteriza o principal determinante da pobreza, que é retrato do alto grau de desigualdade distributiva de renda.

Segundo os intelectuais, o atraso da economia brasileira no século passado estava em função do clima tropical que prejudicava a produção e das “raças inferiores”, que era aquela parcela da sociedade que passava por dificuldades, principalmente aquela situada na miséria (AGUIAR, 2006).

Neste quadro de desigualdade social, algumas regiões acabam sofrendo mais do que outras, a região Nordeste por se caracterizar também por frequentes ocorrências de secas, acaba por ser mais atingida com essas disparidades. Como destaca Lima (2014, p. 3):

A economia da região semi-árida do Nordeste é há muito conhecida pelas suas debilidades em termos de recursos naturais e humanos, além da ocorrência de secas freqüentes que contribuem para desnudar o frágil equilíbrio existente em sua base econômica e social. Não por acaso encontra-se no semiárido nordestino uma elevada concentração de pobreza, herança e reprodução de fatores históricos e culturais associados às assimetrias regionais do desenvolvimento brasileiro.

Furtado (2007) chama a atenção para os ciclos de produção da economia brasileira para destacar as origens dessas desigualdades, com a expansão da economia cafeeira e o processo de industrialização via substituição de importações, além das políticas de defesa da economia cafeeira empreitadas pelo poder público, estimulou-se uma intensa acumulação de capital na região sudeste, que atraía o capital mais vulnerável das demais economias, tendo em vista, as facilidades e melhores perspectivas de retorno financeiro na cafeicultura.

Esta concentração na região sudeste, ocasionou uma forte desigualdade regional no Brasil, afetando negativamente o Nordeste, que já sofre com suas peculiaridades, mas, podemos observar um processo de descentralização em curso, como destaca Araújo (2014, p. 542):

O Brasil do fim do século XX havia se tornado uma importante economia industrial construída em processo que agudizou desigualdades sociais e regionais. No entanto, a forte concentração da indústria no Sudeste atingira seu auge nos anos 1970 e, desde então, observa-se um modesto movimento de desconcentração que beneficiou especialmente o interior de São Paulo, Minas Gerais e a Região Sul, mas que também atingiu as metrópoles do litoral do Nordeste e chegou a Manaus, no Norte, por conta especialmente de incentivos fiscais, sobretudo a Zona Franca de Manaus. A rápida abertura comercial promovida nos anos 1990, associada a câmbio valorizado e juros elevados, afetou o tecido industrial existente, iniciando movimento que alguns denominam de desindustrialização, cujo germe se localiza naquele momento.

Com a economia mundial indo razoavelmente bem nos anos iniciais do século XXI, na qual podemos destacar a China, com uma aceleração no seu crescimento e concomitantemente se tornando um dos principais compradores das commodities brasileiras, isso proporcionou uma melhora no desempenho da economia nacional. Um período em que a inflação ainda era resistente, embora, bem comportada se comparada com as taxas elevadas enfrentadas nas décadas anteriores. O país conseguiu ter um crescimento razoavelmente considerável, através da qual, uma melhoria na sua situação macroeconômica pode ser observada se pegarmos os indicadores da primeira década do século atual e compararmos com aqueles prevalecentes no final do século passado. (ARAÚJO, 2014)

Estas melhorias nacionais acompanhadas do processo de descentralização e do crescimento econômico, acabam por beneficiar as regiões menos avançadas, mesmo sabendo que este processo ainda não possibilita uma mudança de estrutura tão rápida. Como observa Lima (2014, p. 2): “[...] há indicações de que essa base econômica está dando sinais de mudanças mais significativas, embora ainda vá conviver por muito tempo com o ‘velho’, ou seja, com as estruturas mais atrasadas e conservadoras que lhe tem sido características”.

Algumas características específicas da região também impulsionam uma intensa acumulação de capital, na qual podemos destacar o fato da mão de obra ser mais barata em relação a outras regiões, o seu clima que por ser seco favorece à fruticultura irrigada, os incentivos fiscais proporcionados pelos estados visando atrair investimentos, além das políticas públicas de transferências governamentais e as de infraestrutura, que possibilitam melhores condições para o crescimento e desenvolvimento. (LIMA, 2014)

A retomada das políticas públicas, de forma especial as federais, foram beneficiadas pela melhoria do quadro fiscal. As que mais se destacaram, foram aquelas voltadas a estimular o crescimento da renda das famílias. Como a elevação do salário mínimo e um cenário de inflação mais equilibrada, essa elevação na renda das famílias estimula o consumo interno, possibilitando um crescimento econômico que gera um efeito positivo sobre os níveis de emprego na sociedade. (ARAÚJO, 2014)

Estas disparidades que observamos entre as regiões também pode ser observada no interior das regiões, ou seja, dentro das próprias regiões existem suas desigualdades e disparidades. Na região nordeste também é visível uma concentração em alguns estados. Com destaca Lima (2014, p. 5):

Na Região, conforme é bastante sabido, mas não custa lembrar, observa-se também uma elevada concentração de atividades produtivas, pois os três estados maiores em termos de PIB (Bahia, Pernambuco e Ceará) concentravam cerca de 64% do total do PIB nordestino, enquanto os três estados com menores PIBs (Alagoas, Sergipe e Piauí) representavam em 2010 cerca de 14% deste total.

Dentre as principais estratégias que necessitariam ser adotadas para impulsionar a redução da pobreza, destaca-se a promoção do crescimento da renda per capita, acompanhado de um processo de distribuição de renda mais igualitário. A combinação de políticas que visem esses objetivos, conseqüentemente, concederia maior eficácia e velocidade ao processo de combate à pobreza (BARROS, 2001).

Quando observamos o coeficiente de Gini, podemos ver uma redução no grau de desigualdade na sociedade brasileira a partir dos primeiros anos deste século (Figura 01). Muitos fatores podem influenciar nesta redução das desigualdades, desde o crescimento econômico verificado na economia brasileira nos anos recente, como também o aumento real do salário, outro ponto que devemos destacar, são as políticas públicas de transferência de renda, de crédito, entre outras, que aumentam o poder aquisitivo das famílias localizadas em situações de pobreza e extrema pobreza. Não é fácil definirmos a participação exata de cada um desses fatores na redução dessas disparidades, mas podemos destacar eles como alguns dos responsáveis por essa mudança verificada.

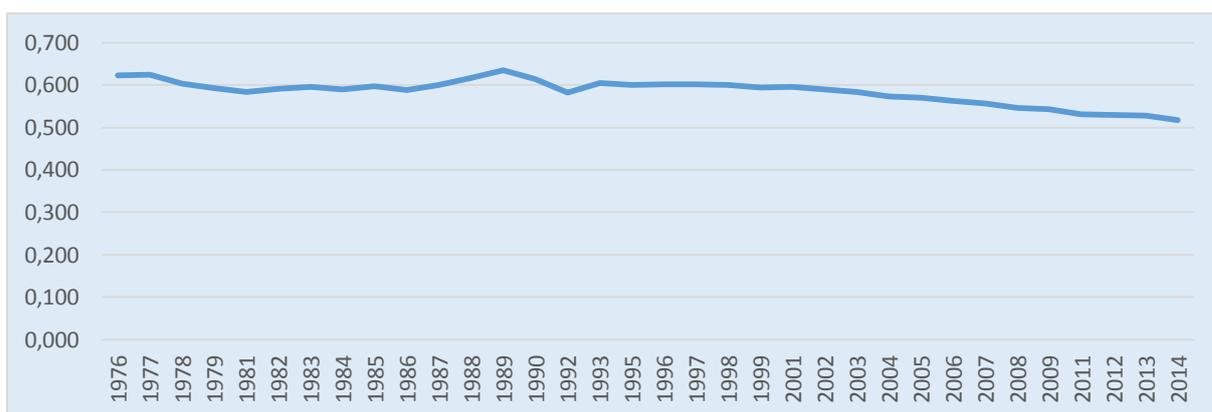


Figura 01 - Coeficiente de Gini no Brasil

Fonte: IPEA (2017). Elaboração Própria.

Essa redução das desigualdades gerou impactos positivos na sociedade, e podemos destacar as regiões menos desenvolvidas, como o Nordeste, sendo uma das regiões mais

beneficiadas com essa diminuição das disparidades, tendo em vista, o grande número de famílias pobres residentes na mesma, assim, pela lógica, tendo um bom número de residentes pertencendo a essas famílias que melhoraram de vida.

Quando discutimos sobre o semiárido, temos que levar em consideração os diversos fatores que são característicos desta região, sua vulnerabilidade, principalmente por enfrentar períodos de seca que afetam diretamente algumas de suas culturas tradicionais, como destaca Lima (2014, p. 7):

Como resultado desse conjunto de forças, o “velho” semiárido apresenta um quadro geral de condições socioeconômicas ruins e muito vulneráveis às variações climáticas que afetam principalmente as culturas tradicionais da região, milho e feijão, cultivadas pela grande maioria dos pequenos proprietários, além da pecuária

Com essas condições “o ‘velho’ semiárido nordestino tem sua economia muito dependente do setor público e das transferências governamentais, do que deriva boa parte de sua renda que é, provavelmente, maior que o produto ali gerado.”, (LIMA, 2014, p. 7). Assim, destacamos o papel das políticas públicas no que pesa a redução da pobreza nestas regiões mais penalizadas pelo processo de distribuição da riqueza nacional.

2.1 Políticas públicas: um dos instrumentos de combate à desigualdade

As políticas públicas são ações governamentais que surgem das necessidades sociais, tendo em vista que, o Estado deve agir para reduzir as disparidades e proporcionar uma melhor condição de vida para a sociedade.

As funções desempenhadas pelo Estado sofreram várias modificações com o passar do tempo. No início, o seu objetivo principal estava relacionado a segurança pública e defesa contra ataques inimigos. Com a constituição de 1988 e o aprofundamento da democracia, o Estado passou a se preocupar em promover o bem estar social, contudo, para conseguir promover o bem estar é necessário atuar diretamente em diversas áreas e desenvolver uma série de ações na educação, saúde e meio ambiente (CALDAS, 2008).

Isso corresponde a políticas públicas, como Caldas (2008, p. 5) descreve: “[...] as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público.”.

Para Caldas (2008), As políticas públicas são formuladas de acordo com as demandas da sociedade que geralmente, por meio de grupos organizados, apresentam aos dirigentes públicos os problemas. As demandas e expectativas da sociedade são selecionadas de acordo com as prioridades, para em seguida, serem criadas as políticas para combater tais problemas sociais. Caldas (2008, p. 7), destaca que:

[...] a existência de grupos e setores da sociedade apresentando reivindicações e demandas não significa que estas serão atendidas, pois antes disso é necessário que as reivindicações sejam reconhecidas e ganhem força ao ponto de chamar a atenção das autoridades do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário.

Souza (2006, p. 26) também apresenta um conceito de políticas públicas de forma resumida:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Portanto, assegurar o mínimo de alimentação para aquelas pessoas que vivem em situação de exclusão social é uma obrigação do poder público, como afirma Pimenta (2004, p. 47): “Não se trata de caridade. É uma questão de segurança e de direito social possibilitar que todo brasileiro tenha um mínimo de alimentação diária.”.

Na região nordeste, caracterizada por sofrer bastante em função das contínuas secas e por seu histórico marco de região atrasada, o sistema “gado-algodão-policultura” que por muito tempo garantiu a população a sua manutenção e até certo ponto, gerando alguma renda monetária para as famílias ali ocupadas, foi caindo em decadência em função da saída de cena do algodão, rompendo assim, este sistema. Entra em destaque outro elemento que substituiu o algodão, passando a desempenhar importante papel para manter-se o frágil equilíbrio: as aposentadorias rurais, que passam a garantir um salário mínimo aos idosos, através do qual, esse benefício, beneficia também os dependentes da família. (LIMA, 2014, p. 8)

Outro programa federal que beneficiou o Nordeste foi o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no qual se organizou um bloco de investimentos muito importante. Um forte destaque vai para o programa Minha Casa Minha Vida, como destaca Araújo (2014, p. 547-548): “Um destaque é o programa Minha Casa Minha Vida, que busca enfrentar um velho problema: o elevado déficit habitacional, concentrado nas famílias de mais baixa renda.”, no caso da Petrobras, esta região também foi beneficiada: “No caso das refinarias, a empresa deixou de ampliar as já existentes (concentradas no Sudeste e Sul) e partiu para construir novas unidades, três delas no Nordeste.”.

O processo de interiorização do ensino superior também fortaleceu bastante as regiões mais atrasadas e menos desenvolvidas, “Tratou-se de uma política nacional setorial, mas que teve uma diretriz firme de enfrentamento das diferenças regionais na oferta desse nível de ensino, tanto que ela teve uma expressão regional positiva” (ARAÚJO, 2014, p. 551-552). Este processo não ocasiona mudanças apenas na vida cultural dessas pessoas, “a presença desses campi em cidades médias não somente tem um impacto imediato e significativo na vida cultural, mas também dinamiza o comércio e os serviços locais.” (ARAÚJO, 2014, p. 552).

Com isso, o número de pessoas com ensino superior completo teve um aumento significativo, como destaca Araújo (2014, p. 552):

O Censo Demográfico de 2000 e o de 2010 mostram que o número de pessoas com ensino superior completo mais que dobrou, passando de 5,9 milhões para 13,5 milhões de pessoas. E Nordeste, Centro-Oeste e Norte foram as regiões que experimentaram maior incremento, tanto que ganham participação no total nacional (de 14,1% para 16,2%, de 7,1% para 8,6% e de 3% para 4,7%, respectivamente).

Com esse elevado número de políticas voltadas para o crescimento e desenvolvimento no país, que beneficiaram também as regiões mais pobres, possibilita um crescimento dos serviços e do comércio, que é fruto da elevação na renda das famílias, que passaram a serem incluídas no mercado consumidor.

O Programa Bolsa Família que afeta de forma direta a renda das famílias mais pobres, é um dos principais responsáveis por integrar várias famílias no mercado consumidor, e o fato do Nordeste concentrar o maior número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, faz com que, este programa tenha o seu maior número de beneficiados localizados nesta região.

Mas, vale-se destacar que, o PBF tem impactos diferentes entre as regiões brasileiras, como observa Araújo (2014, p. 546-547):

O Nordeste, por concentrar mais de metade da população muito pobre do país, capta 55% dos recursos desse programa. Nessa região, concentra-se a pobreza rural, e ela tem como endereço principal os pequenos municípios, em especial os do grande espaço semiárido. Nesses municípios, foi interessante observar que, como as bases produtivas locais são muito modestas, o novo e sistemático fluxo de renda não só dava cobertura social aos beneficiados diretos, como também dinamizava as lojas, as farmácias, as padarias, as feiras semanais. Tal resultado não é identificado no outro grande endereço do PBF, a Região Sudeste, que capta o segundo maior volume de recursos, ou seja, 25% do total aplicado. Como ali é o domínio da pobreza urbana, e como a base produtiva é ampla e forte, o impacto do programa é apenas o de levar o manto protetor do Estado aos que vivem em situação de dura miséria no coração da região mais rica do país.

O forte crescimento do PIB na região semiárida, mesmo não solucionando todos os problemas de uma forma imediata, contribui bastante para o desenvolvimento dos municípios, que por ofertar melhores condições nos seus serviços públicos (saúde, educação, entre outros), possibilitam fortes movimentos em sua população, tipo campo-cidade, atraídos, principalmente, pelas melhores oportunidades de emprego. (LIMA, 2014)

Com o crescimento nesta região, o aumento no consumo atraiu os investimentos e conseqüentemente outras características passam a fazer parte destas localidades, como observa Araújo (2014, p. 547):

[...]Não se conseguirão entender as mudanças recentes na vida econômica do Nordeste sem examinar esse outro componente. Indústrias de alimentos e bebidas, de bens duráveis, por exemplo, buscaram se instalar ou se ampliar para produzir na região, em especial em suas cidades médias. As grandes redes de supermercados e os shopping centers também se multiplicaram nesses locais, a fim de disputar os novos consumidores.

Conseguimos observar uma forte mudança na característica dos investimentos governamentais no semiáridos nos últimos anos, muitas obras ligadas ao transporte, saúde, educação, energia, etc., passam a serem colocadas na agenda pública, e antes, estes investimentos eram muito concentrados nas obras hídricas. (LIMA, 2014)

Observamos os resultados positivos para as comunidades mais carentes em diversas perspectivas, desde a elevação da renda das famílias, até a redução da miséria, e isso tem contribuído bastante para uma melhoria de vida dessas famílias. Como destaca Araújo (2014, p. 554):

O resultado no Nordeste é visível. A redução da miséria foi de fato uma das mudanças mais relevantes observadas nos anos recentes. O momento recente de seca prolongada mostrou o impacto dessa melhoria: não se falou em saques a supermercados ou em cenas de mendicância nas estradas, como em momentos anteriores.

Mesmo sendo difícil mensurarmos a participação de cada umas dessas políticas na redução das desigualdades sociais existentes, e ainda sabendo que, outros fatos também contribuem para esta redução, é óbvio que, as mesmas têm forte contribuição nestas melhorias.

2.2 O Programa Bolsa Família: estudo de caso no Manoel Deodato

Sabemos que as políticas públicas têm contribuído para reduzir à pobreza na sociedade brasileira nos anos mais recente, e essa redução está possibilitando uma melhoria de vida para as famílias beneficiadas pelas mesmas, assim, destinaremos esta parte do trabalho para procurar verificarmos as possíveis mudanças que uma dessas política pode ter proporcionado para os seus beneficiados.

A criação do Programa Bolsa Família é consequência de uma trajetória de políticas sociais seguidas pelo Brasil nos últimos anos, em particular após a Constituição de 1988, na qual tivemos a inserção de novos e importantes aspectos, que possibilitaram a formulação e implementação destas políticas sociais de transferência de renda (SOARES, 2009).

Para Menezes (2008, p. 61) “A incorporação no programa tem adquirido grande significado para essas famílias, particularmente no acesso à alimentação, cuja repercussão é notória”.

Com o objetivo de verificarmos a importância do Programa Bolsa Famílias, utilizaremos alguns dados coletados em uma pesquisa de campo realizada entre os meses de janeiro e fevereiro do ano de 2017 no Bairro Manoel Deodato na cidade de Pau dos Ferros – RN, que visa verificar a importância do PBF na vida das famílias beneficiadas.

	Frequência	Porcentagem
De R\$ 50,00 até R\$ 440,00	52	43,3
De R\$ 441,00 até R\$ 880,00	38	31,7
De R\$ 881,00 até R\$ 1.760,00	28	23,3
De R\$ 1.761,00 até R\$ 2.640,00	2	1,7
Total	120	100,0

Figura 02 - Renda Média Mensal das Famílias

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa de campo (2017).

Quando verificamos a renda mensal das famílias beneficiadas pelo PBF no bairro Manoel Deodato (figura 02), constatamos que 75% das famílias beneficiadas têm uma renda que não ultrapassa um salário mínimo, e apenas 1,7% das famílias recebem mais de dois salários mínimos. Constatamos que mesmo com os recursos do PBF, a renda dessas famílias ainda permanece em um patamar baixo, gerando dificuldades inerentes a falta de recursos financeiros.

E dentro desta renda ainda consideravelmente baixa, 33,33% das famílias têm o PBF como o principal gerador de renda, seguida pelo trabalho do pai, o trabalho da mãe e os outros benefícios governamentais, com respectivamente 19,17%, 16,67% e 10,83%. Assim, evidenciamos a grande participação dos recursos do PBF na renda dessas famílias.

Um número interessante que conseguimos obter, foi que, 92,5% das famílias conseguiram aumentar o seu número de refeições diárias após ingressarem no Programa Bolsa Família, apenas 4,17% mantiveram o mesmo número de refeições diárias e nenhuma família diminuiu o número de refeições. Não podemos ser parciais e jogarmos todo o mérito desta melhoria alimentar para o Bolsa Família, mas o mesmo tem participação importante nela.

03. Considerações finais

Sempre foi questionado se o Brasil por ter um grande número de pessoas localizados abaixo da linha da pobreza, era um país pobre, mas no decorrer do trabalho podemos constatar que o fato de ter em sua população um grande número de pessoas pobres não implica dizer que o país também é pobre, o fato desta elevada taxa de pobreza encontrada na sociedade está relacionado a forma pela qual é feita a distribuição da sua riqueza, desigual e excludente.

Portanto o diagnóstico encontrado foi que o Brasil é um país extremamente injusto e desigual na sua distribuição de renda e não um país pobre como muitos acreditavam ser.

Um das estratégias para reduzir a pobreza é aumentar a renda per capita, com um maior investimento público em áreas sociais, proporcionando a classe excluída a garantia de seus direitos essenciais, principalmente por meio de políticas públicas eficientes.

O Programa Bolsa Família, criado em 2003, veio como um forte instrumento contra a fome no Brasil, possibilitando aquela parcela da sociedade mais pobre alguns direitos que a mesma não conseguia usufruir antes, principalmente, relacionado a segurança alimentar da família. Com uma transferência de renda maciça para a sociedade, gera-se um grande efeito positivo sobre a economia, aquecendo o mercado local e possibilitando o surgimento de um efeito multiplicador nestes recursos, afetando positivamente o emprego e o consumo desta sociedade.

Os dados coletados na pesquisa de campo constataram uma melhoria de vida dessas famílias entrevistadas, mesmo que muitas vezes essa melhoria esteja relacionada apenas a questão alimentar, mas não se pode negar esse avanço. Isso reforça os argumentos já apresentados por diversos autores, que destacam o Programa Bolsa Família como instrumento importante no enfrentamento à pobreza. Na referida comunidade podemos observar isso, de fato, o programa consegue garantir uma melhor segurança alimentar, possibilitando uma forte melhoria na alimentação das famílias, evidenciada no aumento no número de refeições diárias que essas famílias conseguem fazer após ingressarem no PBF.

Contudo, estes dados demonstram a situação desta determinada comunidade, mesmo sendo bem provável algumas outras comunidades também apresentarem estas mesmas características, mas, não se pode constatar se isso de fato acontece, assim, as afirmações feitas com base no estudo de caso, são específicas da comunidade estudada, podendo sim, existir outras com características parecida, mas precisam serem constatadas.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Ronaldo Conde. Manoel Bomfim e as Causas da Pobreza. **Exclusão Social no Brasil: Textos comentados.** Organizado por Roberto Bartholo. Rio de Janeiro. E-papers. p. 9-70. 2006.

AMARTYA, S. E. N. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 28-29, p. 313-334, 1993.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. Caderno 19. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz; AGUIAR, Rodrigo Almeida de; MARTINS, Helena Maria; SILVA, Lastres Marcelo Machado da. **Um olhar territorial para o desenvolvimento:** Nordeste. Rio de Janeiro: BNDES, p. 539-560, 2014.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **A Estabilidade Inaceitável:** Desigualdade e Pobreza no Brasil. 2001.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff. **Políticas Públicas:** conceitos e práticas / supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; Belo Horizonte; Sebrae/MG, 2008.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza, Insegurança Alimentar e Desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 24, p. 159-172, 1995.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2017. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Pesquisado em 07/10/2017 às 12h:35m.

LIMA, João Policarpo R. A economia do Semiárido nordestino: desenvolvimento recentes e transformações em curso. In: NASCIMENTO, Angela; LIMA, Marcos Costa. **O Nordeste brasileiro em questão:** uma agenda para reflexão. Recife: Editora UFPE, 2014.

MENEZES, Francisco. Faces e Demandas da Pobreza no Brasil. **Democracia Viva**, nº 39. 2008.

PIMENTA, Aluísio. Fome e Sede de Justiça. **Fome Zero:** Textos Fundamentais. Frei Betto (Org.). Rio de Janeiro. Garamond. p. 47-49. 2004.

PONTES, Reinaldo Nobre. A Evolução do Combate à Pobreza no Brasil e o Papel do Fome Zero. **Fome Zero:** Textos Fundamentais. Frei Betto (Org.). Rio de Janeiro. Garamond. p. 35-46. 2004.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O Programa Bolsa Família:** Desenho Institucional, Impactos e Possibilidades Futuras. 2009.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas:** uma revisão da literatura; Porto Alegre, ano 8, nº 16; 2006.